

ENIGMAS ARQUEOLÓGICOS E CIVILIZAÇÕES PERDIDAS NO BRASIL NOVECENTISTA¹

Johnni Langer

Ao início do século 19, em diversas partes do mundo, emergentes nações criavam estatutos ideológicos buscando instituir uma identidade histórica aos moldes do romantismo europeu. No Brasil monárquico, intelectuais inspirados em demonstrar aos países colonialistas que também nossa nação era uma pátria com uma história a ser recuperada fundam o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil em 1839.² Como disciplina formadora de parâmetros nacionalistas e políticos, a História unia-se à Geografia - ciência demarcadora do espaço e ambiente físico das nações - para realizar a nova identidade brasileira.

Os membros do Instituto, declarando-se representantes das idéias da ilustração,³ realizaram diversas obras de levantamento documental nos arquivos da capital. Acabaram encontrando, na livraria pública da corte, um danificado documento, datado de 1754, a respeito da descoberta de uma antiga povoação no Brasil. Conciliando a idéia da existência de um remoto passado civilizado com a tentativa de criar a identidade do País, publica-se o referido documento no primeiro número da revista do Instituto. Não foi uma publicação fortuita: a mesma instituição já havia realizado uma expedição procurando verificar a inscrição da esfinge da Gávea. O relatório também foi publicado na primeira revista, acompanhado de uma ilustração com os enigmáticos caracteres. Percebe-se a grande polêmica instaurada em toda a produção científica do IHGB: o Brasil necessitava descobrir seu passado, de preferência glorioso e civilizado, e as explorações de campo destacam-se como as principais conseqüências dessa crescente motivação (na forma da arqueologia, etnologia e história natural).

O resultado da investigação da esfinge, publicado na estreada revista do IHGB, não soube verificar se as referidas inscrições realmente eram humanas - no caso navegantes fenícios - ou formações naturais.⁴ Mas a possibilidade de artificialismo não foi descartada totalmente, in-

Johnni Langer é doutorando em História pela Universidade Federal do Paraná.

sistindo-se na semelhança da pedra carioca com a esfinge de Gizé (Egipto).⁵ O impacto desse episódio para os parâmetros mentais do período pode ser avaliado em dois aspectos: o difusionista e o paleográfico. O primeiro, o *difusionismo*, atenta para a importância de uma das teorias mais populares na arqueologia do século 18 e 19: a possibilidade de contato entre todos os povos antigos, através do mar, originando influências culturais e históricas. Os fenícios e egípcios, famosos pela fama de povos náuticos (existiam evidências de circunavegação pela África e Atlântico de navegantes fenícios, sob o patrocínio de egípcios), sempre constituíram as culturas prediletas para contatos pré-colombianos.⁶ E o segundo, a *paleografia*, que se tornou um dos métodos históricos mais utilizados após o enorme impacto da decifração dos hieróglifos egípcios em 1822.⁷ Com a façanha de François Champollion, vários séculos de mistérios sobre essa cultura foram solucionados: todas as estranhas letras nos monumentos egípcios podiam, enfim, ser entendidas.⁸ Em escala menor, também temos a influência dos primeiros estudos e decifrações da escrita cuneiforme (1802-1836), envolvendo as civilizações mesopotâmicas.⁹ Assim, ao mesmo tempo um importante instrumento do conhecimento, *a escrita é um sintoma de superioridade civilizacional*: registra as principais instituições, leis e códigos de uma sociedade. Nas palavras do próprio investigador da esfinge da Gávea, encarregado pelo IHGB:

a descoberta de uma inscrição é um fato, que pode fazer uma revolução na história; que pode reconquistar idéias perdidas, e aniquilar outras em pleno domínio: um nome, uma frase em uma lápide, podem preencher lacunas imensas, restaurando conjeturas, e abrir uma estrada luminosa do passado ao futuro.¹⁰

A ilustração que acompanhou o relatório, baseada nos supostos caracteres fenícios da Gávea, apresenta uma espécie de nicho, em tons claros e em profundidade, onde foram inseridas as letras. Estas, em nítido contraste com o nicho, apresentam forma bem próxima do alfabeto mediterrâneo antigo. O artista, ao observar os sulcos reais existentes na rocha, evidentemente *reforçou* essa semelhança: não chegou a tentar uma tradução, mas somente a sua ilustração já teve grande influência no imaginário dessa época. O desfecho do relatório, por sua vez, projetou essa possibilidade de decifração para o futuro, com a expansão da pesquisa paleográfica.¹¹

Na mesma revista do IHGB (o primeiro número de 1839), foi publicada a relação da descoberta de uma cidade abandonada na Bahia, em

1754, por um bandeirante que buscava minas de ouro naquela região.¹² Além do texto, acompanhou a reprodução de diversas inscrições (que constam no documento original), com traços típicos da escrita antiga da Europa. A publicação desse documento - cuja autenticidade do relato não é verificada *in loco* nesse ano - refletia a ansiedade dos historiadores em encontrar traços civilizados no passado brasileiro. Até esse momento, apenas as evidências indígenas não poderiam construir necessariamente a imagem de uma história nacional - aos moldes de uma nação poderosa e em expansão. Logo, o Instituto organizou uma expedição em 1841, com a finalidade de encontrar as referidas ruínas descritas no documento de 1754.¹³ O simples financiamento e organização de uma busca já demonstrava *a sólida crença na existência de cidades perdidas no Brasil*, para o imaginário acadêmico nessa época.

Efetuada pelo cônego Benigno José de Carvalho, membro do IHGB, a organização da expedição recebeu inicialmente algumas críticas a respeito da veracidade do documento de 1754. Porém, o cônego respondeu, através da maior evidência da autenticidade do relato: "não descubro nela nem motivos de o desconfiar, pois nada há ali que cheire a invenção poética [...] e como lembrariam a mineiros os caracteres gregos, ou runnos?"¹⁴ Aqui separou-se as antigas narrativas imaginárias - comparadas com a poesia - e destacou-se as inscrições: num contexto onde a paleografia está em extrema popularidade e importância, a existência de uma escrita antiga foi o suficiente para questionar sua fabricação pela imaginação de bandeirantes incultos. A estrutura narrativa do documento também foi ressaltada por Benigno de Carvalho: "mostra que foram escritos os fatos à proporção que iam lembrando, como se vê na moeda cunhada que um deles achou".¹⁵ Durante sua primeira incursão aos recônditos interiores baianos, o cônego acreditava que a cidade situar-se-ia entre os rios Paraguaçu e Una. Nesta região, descobriu o que acreditou ser o primeiro indício da existência da cidade perdida: uma *tromba* (estrada de montanha).¹⁶ Essa serra, segundo os viajantes e autoridades locais, seria "a mais alta e inacessível que têm os sertões da Bahia [...] e seu cume está sempre coberto de densa névoa". Aqui vislumbrou-se a associação típica entre *remoto* e *maravilha*, em uma região desconhecida e perigosa, na qual os símbolos do maravilhoso podem perpetuar-se. Reflexo disso são as inúmeras narrativas folclóricas sobre essa região, resgatadas por Benigno, pois o imaginário popular já continha estruturada nessa época representações de cidades imaginárias.¹⁷ Percebe-se também a associação, nestas narrativas populares, entre tesouro oculto e elementos fantásticos, exemplificadas com narrativas de idosos nas povoações próximas a Valença (Bahia):

*uns dizem que esta cidade foi subvertida por um terremoto, outros que por aluvião, alguns afirmam que ela existe, mas que nela está um dragão que traga quem lá se aproxima; outros dizem que quem lá vai não volta; e a este respeito me contaram uma anedota de certo coadjutor que foi a desobriga para aqueles sítios, e nunca mais apareceu, etc.*¹⁸

É evidente que essas descrições populares - *as cidades encantadas* - foram influenciadas por elementos simbólicos coloniais, e mesmo símbolos medievais (de longuíssima duração). Sua estrutura, dessa maneira, assemelhava-se aos contos de fadas clássicos (literatura oral e folclórica). O símbolo do *dragão*, por exemplo, foi frequentemente associado no folclore à guarda de lugares sagrados ou misteriosos, constituindo um “símbolo de forças naturais que precisam ser dominadas”.¹⁹ Nas narrativas de locais paradisíacos, também ocorria a presença de dragões e serpentes guardiãs. Outra constante das narrativas de cidades encantadas é o *desaparecimento* da cidade ou das pessoas que freqüentam o local - um elemento tipicamente mágico e maravilhoso, como nas lendas de feitiçaria e do sobrenatural. Para o representante do imaginário erudito, o cônego Benigno de Carvalho, todos esses aspectos não são levados em conta, sendo reforçadas apenas as descrições de aspectos ruinísticos, que inevitavelmente conduziam à veracidade do mito.

Paralelamente a essas investigações de campo, foi publicado na *Revista do IHGB* de 1844, o célebre artigo “Como se deve escrever a história do Brasil”. Escrito pelo naturalista alemão Carl Frederick Von Martius (Berlin, 1843), esse ensaio refletia toda a intensidade das imagens de cidades perdidas. No texto, ao comentar sobre os povos indígenas brasileiros, as reflexões do autor se inserem na teoria da degeneração racial:

*Quais as causas que reduziram a esta dissolução moral e civil, que neles não reconhecemos senão ruínas de povos? [...] aqui não se trata do estado primitivo do homem, e que pelo contrário o triste e penível quadro, que nos oferece o atual indígena brasileiro, não é senão o residuum de uma muito antiga, posto que perdida história.*²⁰

Percebe-se a utilização do termo *ruína*, em um contexto ambíguo, típico neste período: significou a perda das características de uma civilização - portanto a sua decadência - assim como os vestígios e remanescentes dessa mesma civilização. Von Martius foi diretamente influenciado pelas idéias de Cornelius De Pauw, que concebia os antigos ameri-

canos como degenerados. Em 1788, De Pauw publicou seu clássico livro *Recherches philosophiques sur les américains*, no qual sua teoria degenerativa era um sintoma da inferioridade cultural dos habitantes da América, ocasionada por grandes catástrofes naturais. No final do século 18, com o surgimento da arqueologia, esse esquema conceitual e filosófico foi combatido, mas conservando alguns elementos. Von Martius e inúmeros outros estudiosos acreditavam que originalmente o indígena americano teria criado civilizações superiores, decaindo em seguida. Evidentemente, De Pauw menosprezava os grandes monumentos e cidades no Novo Mundo, no qual as nascentes nações americanas tratariam de demonstrar o oposto através das pesquisas arqueológicas. Dessa maneira, Von Martius “es, sino la única, de la contadísimas protestas brasilenãs contra el autor de las recherches”.²¹

Como primeiro elemento para pesquisar essa história perdida, Martius considerava a linguagem um documento essencial.²² Em segundo, os mitos: “um observador filosófico não deixará de descobrir nos restos de mitos, e no balbucinamento poético, que ainda hoje se encontram vestígios muito significativos de uma perdida filosofia natural, e de um culto ainda enigmático”.

O mito e o folclore popular representavam grandes elementos de reflexão no movimento romântico, que preocupava-se em resgatar apaixonadamente todos os aspectos da natureza humana.²³ Inserido na *schemata* da imagem ruínística européia, na qual os monumentos antigos atestavam superioridade cultural, Von Martius também refletia em seus escritos sobre as recentes descobertas arqueológicas centro-americanas (efetuadas principalmente entre 1800-1841): “notam-se as indagações sobre as construções americanas, que ultimamente excitaram tão vivo interesse. Não poderá o historiador brasileiro deixar de perscrutar igualmente as ruínas de Paupatla, México, Uxmal, Copán, Quito, Tiaguana-ro, etc.”²⁴

Em relação às nossas cidades imaginárias, as cidades perdidas astecas e maias representaram a mais importante matriz para os eruditos brasileiros durante a primeira metade do século 19. Suas descobertas fascinam a mente humana até nossos dias, seja pelo impacto do contexto em que foram descobertas, como pelas extraordinárias e exóticas características das construções.²⁵ Apesar de serem encontrados alguns monumentos em 1786, no México, a divulgação e popularidade da arqueologia centro-americana iniciou-se com a publicação dos livros de Alexandre Humboldt, em 1814, a respeito de suas viagens na América.²⁶ Em 1825 foi fundado o Museu Nacional do México, fundamental congregador de pesquisas e divulgações

no continente. Por toda a década de 20 e 30 do século 19, são publicados diversos resultados de escavações e descobertas. Destacam-se entre todas, as importantes obras de Benito Maria de Moxó (*Cartas mejicanas*, Génova, 1837) e Frédérick de Waldeck (*Voyage archaéologique et pittoresque dans la Province de Yucatan*, Paris, 1838)²⁷ e a descoberta das cidades perdidas de Palenque e Copán, no México.²⁸

Esse contexto foi extremamente importante, pois coincide com a fundação do IHGB em 1838 e, em 1839, a publicação do documento descrevendo a cidade de João Guimarães. Posteriormente, também foi influente a popular e famosa obra *Incidents of travel in Central America* (1841) de John Stephens. As ilustrações do livro, realizadas pelo inglês Frederic Catherwood, fizeram enorme sucesso na Europa, correlacionando o estilo clássico com as ruínas maias.²⁹ As cidades perdidas centro-americanas acentuaram o caráter misterioso na arqueologia. Além de estarem totalmente encobertas pela floresta tropical, esquecidas pelo mundo civilizado, não se conhecia praticamente nada sobre elas. A partir do século 19, como consequência do desconhecimento dessa região, empregou-se para a cultura maia o termo *os gregos da América*, em uma associação iniciada com os desenhos de Frederic Catherwood (1841) para Copán e Palenque. Neles, a exemplo das colunas e estátuas greco-romanas, as estelas maias mesclam-se com o cenário sombrio de musgos e vegetação, a fusão da natureza selvagem com a história perdida dos homens. Desde então, percebe-se essa freqüente associação entre a cultura do Velho Mundo com esses vestígios. Outras comparações foram a suposta origem dos maias pelas culturas egípcia, fenícia, atlante, africana e hindu, desde o século 18.

No desfecho de seu artigo, Von Martius insinuou não somente a existência como incitou a procura e a pesquisa em torno dos locais enigmáticos do Brasil. E a exemplo das cidades maias, essas ruínas perdidas deveriam localizar-se no espaço profícuo do fantástico brasileiro, as misteriosas florestas:

*Se considerarmos que alguns lugares, como em Paupatla, se elevam matas altíssimas e milenares sobre as construções de antigos monumentos, não se há de achar inverossímil que o mesmo se encontra nas florestas do Brasil, tanto mais que até agora elas não são conhecidas nem acessíveis senão em muito pequena proporção.*³⁰

No mesmo ano da publicação do artigo de Martius pelo IHGB, o cônego Benigno de Carvalho voltou a investigar as regiões remotas da

Bahia (1844), tentando encontrar a cidade mencionada na relação de João Guimarães. Na ocasião, um amigo escreveu-lhe contando que um escravo cativo de Orobó oferecia-se para conduzir o cônego à exata localização deste local, mencionando os detalhes do pórtico, das estátuas e do rio³¹ - elementos primordiais do relato mencionado. Mas, novamente, não encontrou uma objetiva constatação da existência da cidade perdida.

A sua última expedição ocorreu um ano depois, em 1845, a qual obtém novas informações dos populares: “tendo com efeito encontrado em alguns velhos a tradição de um dos fatos narrados no dito impresso, o do veado branco [...] vim a saber da existência de um rio, que ainda não é conhecido”.³² Mas a narrativa que mais o surpreendeu foi a respeito da suposta localização de um antigo quilombo, muito temido pelos moradores da região: “os quilombos são três, e estão distantes da dita cidade; que os negros só vão ali por ocasião de caçadas, etc.”³³ Aqui percebe-se outra inserção do imaginário popular - o folclore relacionado com as antigas povoações de escravos, que existiram em quase todo o Brasil e criaram simbolismos específicos: locais temidos e extraordinários, verdadeiros símbolos do refúgio e do isolamento social. Apesar do contato com essas narrativas, Benigno mostrava-se desiludido com a existência real da cidade perdida: “confesso, que algum tempo estive perplexo, sem saber o que faria, visto nada ter descoberto nesta serra [...] pela qual tenho sacrificado meu descanso, meus pequenos rendimentos, e minha saúde e vida”.³⁴

Na realidade, esse sentimento é uma característica do maravilhoso, pois “a perda da ilusão limita com o sentimento de degradação e degeneração”³⁵ do mito. Ou seja, o *caráter excessivo* do maravilhoso - suas características fantásticas, e irrealis - denotam ao mesmo tempo a sua extrema aceitação quanto a sua fragilidade em certas ocasiões:

*Aparente força porque num primeiro momento incentiva o expedicionário a se embrenhar por territórios desconhecidos em busca do extraordinário; fragilidade porque o desmedido das expectativas anteriores anuncia o desencanto posterior do guerreiro e o cancelamento das suas ilusões.*³⁶

Dessa forma, tanto o navegante antigo, o conquistador, quanto o explorador moderno foram envolvidos pelos mesmos mecanismos do maravilhoso. Ambos, acreditando na veracidade do mito, empreendem expedições ao incógnito. Logo que o espaço geográfico foi percorrido, a simbologia do imaginário enfraqueceu pela oposição entre o real e o ilu-

sório, levando muitas vezes ao descrédito da mesma narrativa mítica e conseqüente fracasso do intento. Mesmo desiludido, o cónego Benigno acreditava estar próximo da cidade, vislumbrando em seu relatório final uma última e derradeira esperança: “eu me animo a afirmar a V. Ex., que a cidade está descoberta”.³⁷ Fracassando em seus objetivos, Benigno de Carvalho morreu em 1848, porém não o mito - surgem boatos de que teria realmente encontrado a cidade e inúmeras minas de metais preciosos, explorando-as secretamente.³⁸ Mais uma vez, percebemos a fusão de elementos do imaginário erudito com o popular, sintoma da tênue fronteira entre a realidade e a fantasia humana.

Contradizendo as pesquisas de Benigno de Carvalho, neste mesmo ano (1848), foi publicado pelo IHGB um artigo do major Manoel de Oliveira. Ele acreditava que a cidade perdida localizava-se entre os rios Paraguaçu e Una, e não na serra do Sincorá, ambos na Bahia. Para confirmar essa teoria, descreveu inúmeros depoimentos de fazendeiros de localidades dessa região, que narravam a descoberta de “antigas louças, cerâmicas, mármore soterrados, telhas, machados, etc.”³⁹ Possivelmente teriam sido antigos vestígios coloniais, que os populares interpretaram como sendo restos da misteriosa e encantada cidade baiana, perpetuando ainda mais sua existência fantasiosa.

Em 1849, o instigante tema novamente apareceu na *Revista do IHGB*. No artigo “Etnografia indígena” (Madrid, 1849), o historiador Adolfo de Varnhagen criticou as buscas de ruínas na região da Bahia, por estarem relacionadas à tradição das cidades encantadas - que seriam simples fábulas de caça a tesouros. Como Von Martius, considerou que a localização dos preciosos vestígios seria na floresta amazônica, um espaço mais misterioso e desconhecido, onde a vegetação teria condições de ocultá-las dos incautos. Novamente o modelo das cidades perdidas maias era refletido. Mas se por um lado Adolfo de Varnhagen criticou uma vertente do imaginário popular, perpetuou outra: as cidades petrificadas. Durante sua incursão ao Paraná, avistou a formação geológica de *Vila Velha*, que confundiu com vestígios humanos: “ver lá ao longe tais pedras com tal ou qual simetria, à maneira dos monumentos druídicos na Europa, e que até me davam ar de ruínas de uma antiga povoação sobre a encosta de uma montanha”.⁴⁰

Seu guia informou-lhe que se tratavam de *ita-ocas*, casas de pedra feitas pela natureza. Porém, quando retornou para Europa, Adolfo de Varnhagen reconheceu a possibilidade de serem mesmo artificiais, e, apreensivo, exortou aos colaboradores do IHGB que solucionassem o mistério. O famoso historiador acabou por inaugurar uma nova concep-

ção para a veracidade das antigas civilizações perdidas: o reconhecimento de formações geológicas e a sua projeção imaginária a conteúdos simbólicos específicos. Ou seja, o pesquisador reproduziu modelos ruinísticos nas formações naturais - uma espécie de *schematta* em locais geologicamente propícios. No caso de Adolfo de Varnhagen, como típico erudito europeu, esse modelo correspondia aos vestígios neolíticos (como Stonehenge e Carnac) - erroneamente denominados no século 19 de druídicos (realizados pelos sacerdotes da civilização celta).

De 1850 a 1870, houve um período de estagnação sobre o tema ruinístico no imaginário erudito.⁴¹ Ao final do século, o IHGB foi caracterizado por uma grande expansão de pesquisas, influenciado principalmente pela grande popularidade da ciência arqueológica nesta época. O principal fato que motivou essa crescente tendência foi a descoberta da cidade perdida de Tróia em 1871, que influenciou decisivamente as representações de cidades imaginárias no Brasil. A cidade de Tróia era considerada pelos historiadores, até fins do século 19, apenas uma fantasia lendária.⁴² Contrário a essa atitude dos intelectuais, o arqueólogo alemão Henrich Schliemann acreditava na veracidade da narrativa de Homero sobre a célebre cidade.⁴³ Certamente a mais famosa cidade perdida, as ruínas de Tróia porém não são impressionantes, nem tão altas como a acrópolis de Atenas, nem possuem muros maciços como Micenas e Tirinto (Grécia). Sua popularidade deve-se, essencialmente, à relação entre a narrativa mítica e o relato histórico: a descoberta de Schliemann reforçou, no imaginário, a existência de locais fantasiosos ou que eram considerados irrealis pela ciência. Outra consequência direta das pesquisas de Henrich Schliemann, além da divulgação do método arqueológico, foi um renascimento da cultura clássica greco-romana - o baluarte cultural e filosófico da civilização ocidental.⁴⁴

Todas essas influências podem ser constatadas nas diversas investigações conduzidas pelo IHGB a partir de 1871.⁴⁵ Nessa verdadeira “febre de arqueologia clássica”, os intelectuais nacionais depararam-se com uma constatação angustiante: o Brasil não possuía um passado aos padrões europeus. E como conseguir isso? Inevitavelmente, essa extrema idealização foi projetada sobre uma pré-história estritamente indígena, com evidências monumentais inexistentes. Restava à imaginação individual apenas duas opções: criar esse paralelo clássico nos padrões pré-históricos brasileiros (com a polêmica arte rupestre e os sambaquis) ou projetar nas formas da natureza toda essa complexidade simbólica. A primeira alternativa, por exemplo, foi realizada pelo arqueólogo Ladislau Neto em 1872.

Chefe do Museu Nacional, foi encarregado de estudar, nesse ano, uma hipotética *inscrição fenícia*, a primeira cientificamente estudada no Brasil. Descoberta no estado da Paraíba, Ladislau Neto divulgou sua tradução em jornais cariocas, afirmando que se tratava de um monumento erigido pelos fenícios da Sidônia. Órgãos internacionais de pesquisa, em 1873, interessaram-se pela descoberta. Posteriormente, o conhecido filósofo e paleógrafo Ernest Renan anunciou sua possível fraude, que foi confirmada em 1885 pelo próprio Ladislau Neto.⁴⁶

Repercutindo também em periódicos europeus desse período, o *Journal des Débats* transferiu o local desta descoberta do Brasil para o Peru, pois este país possuía uma pré-história monumental comprovada. De uma simples rocha granítica, a inscrição teria sido encontrada em “uma pedra quebrada em quatro pedaços, no alto de uma coluna”,⁴⁷ um ambiente mais adequado para vestígios de uma civilização perdida. Percebe-se como o tema da arqueologia pode ser manipulado pela mídia: o imaginário estrangeiro transformou uma ocorrência fantasiosa para uma notícia ainda mais sensacionalista.

Outra demonstração da aproximação do mundo clássico com o Brasil pode ser vislumbrada com as viagens do imperador D. Pedro II. Em 1876, visitou as escavações da cidade de Micenas (Grécia), chefiadas pelo então famoso Henrich Schliemann. Patrono do IHGB, o imperador brasileiro demonstrava um objetivo interesse pela arqueologia e história.⁴⁸

A outra alternativa da imaginação erudita na tentativa de criar um passado civilizado era relativamente mais simples. Em todo o Brasil existiam locais passíveis de realizar essa transferência, denominados de *cidades petrificadas* pelo imaginário popular. A *Revista do IHGB* publicou, em 1886, a visita de um sócio do instituto a um desses locais mais famosos, conhecido como *Sete cidades* no Piauí.⁴⁹ Jacome Avelino desenvolveu a descrição deste local como se estivesse em uma extinta vila ou povoação: “tem nela sete praças [...] uma muralha, que volta as portas para o centro, fazendo a entrada por leste, para a cidade [...] tem um certo número de torres, que fazem lembrar um lugar de guarnição”.⁵⁰

Aqui o visitante enfatizou uma natureza bélica das formações, como se a mesma fosse uma fortaleza com todas as suas particularidades. A arquitetura das residências mostrava-se em perfeita harmonia com a existente em cidades reais da época:

suas ruas saem alinhadas; as casas saem todas ao jeito de tasca-niça, e separadas umas das outras, por onde pode passar um homem, e todas têm regos, que fingem o telhado. As pedras das casas

*e torres são impenetráveis, mais ou menos brancas, por serem de uma espécie de pedra de amolar.*⁵¹

E ao final do relato, Jacome Avelino descreveu uma das características fundamentais do imaginário de cidades perdidas: “um *arco de abobada* guia o absorto visitante ao sair da primeira para outra praça”.⁵² O pórtico ou entrada geralmente era um dos aspectos mais destacados nessas descrições, talvez pelo seu aspecto imponente na arquitetura clássica. Percebe-se que, a exemplo de Adolfo Varnhagen em Vila Velha (Paraná), o IHGB publicava relatos de locais sem nenhuma possibilidade de origem humana: os padrões mentais do momento concedem a estes *legitimidade imaginária*, compensando a frustrada ausência de monumentos reais. Outra descoberta ocorrida em 1887, no Amazonas, refletia a mesma tendência imaginária do IHGB. Foi publicado o encontro por um lavrador de um “fragmento de estátua, talhado em mármore, e evidentemente contemporâneo do mais brilhante período da arte grega”.⁵³ Região considerada selvagem e bárbara, a Amazônia deveria necessariamente possuir um antecedente artístico superior e belo: “a estátua [...] representa um guerreiro, talvez o deus Marte, e a execução é acabadíssima”,⁵⁴ fornecido, é claro, pela mitologia clássica. Essa projeção fantasiosa foi também compartilhada pelo seu descobridor - um representante do imaginário popular - ou teria sido totalmente elaborada por intelectuais de Manaus? Essa importante questão para entendermos todo o quadro mental da época é limitada pelas escassas informações das fontes. Um estudo pormenorizado das representações populares do fantástico é um desafio e um caminho futuro ao historiador das mentalidades no Brasil.

Externamente ao contexto do IHGB, também as explorações estrangeiras e nacionais refletiam essa inevitável projeção do modelo civilizacional europeu. O explorador francês Henri Coudreau, percorrendo o interior do Xingu em 1896, descobriu blocos de pedra que tomou por hipotéticas construções megalíticas:

*Ces étranges Menhirs empruntés évidemment aux pierres de la rivière, par qui ont-ils été dressés? Les Jurumas les disent très anciens, remontant à une origine inconnue. Ce qui achève de prouver le voulu de leur érection, c'est qu'ils se trouvent tous placés au milieu de carrés de pierres qu'on a apportées là, évidemment, tout exprès.*⁵⁵

Os vestígios megalíticos estiveram em voga por todo o século 19 na Europa, principalmente os sítios de Stonehenge, Carnac e Avebury. A ar-

queologia os entendia como peculiares testemunhos da civilização em uma rústica e exótica forma. Creditava-se a origem dos megálitos aos bárbaros celtas (mais especificamente a seus religiosos, os druídas), correlacionando, desta forma, o passado histórico com os formadores da França. O historiador Adolfo Varnhagen, em 1849, também tinha como modelo ruínístico as construções megalíticas, ao comentar os vestígios de Vila Velha.⁵⁶ A influência do tema para o explorador Henri Coudreau fica evidenciada com a tradução (em 1878) para o francês do maior clássico deste século sobre o tema, *Les monuments mégalithiques de tous pays*, de James Fergusson, com enorme popularidade na França. Henri Coudreau também associava os blocos encontrados com construções megalíticas, possivelmente de uma raça anterior aos indígenas, civilizada a exemplo dos celtas europeus. Os *menires*, em especial, possuíam um caráter de culto religioso sofisticado para os especialistas da época, e vislumbrá-los no desconhecido brasileiro era uma descoberta realmente especial.⁵⁷

Por sua vez, a cidade perdida da Bahia voltou a ser motivo de discussão erudita ao final do século 19. Em conferência realizada na Bahia, Aristίδes Espínola afirmava, em 1888, que as pretendidas ruínas encontravam-se nas matas do rio das Contas (sul da Bahia), do qual os moradores tinham espantosas notícias. E ainda, Lindolfo Rocha, em 1907, acreditava que as mesmas situavam-se no rio Gongugi (centro sul da Bahia), e expôs publicamente a pele de um veado branco (animal raro, descrito na relação de 1754) capturado nessas matas.⁵⁸ Desta maneira, percebemos que esta cidade perdida - assim como as cidades fantásticas coloniais (Eldorado, especialmente) - transferiu-se constantemente de localização. Na primeira fase de buscas, foi projetada na região do Sincorá (norte do Estado), entre 1841-1845, pelo cônego Benigno de Carvalho. Posteriormente, o major Manoel de Oliveira a situou na região leste (1848). Não sendo encontrado nenhum vestígio, ocasionando um pequeno lapso em relação ao tema, em 1888 e 1907 foi transferida para as últimas áreas passíveis de localização: as fronteiras do conhecido ampliam-se consideravelmente, limitando o mito. O maravilhoso, para perpetuar-se, deve frequentemente ser transferido para novas regiões desconhecidas e misteriosas, principalmente com o avanço das explorações geográficas. Com a chegada do século 20, essas regiões incógnitas tornam-se extremamente limitadas na Bahia, ocorrendo a contestação do pensamento acadêmico pelo tema.

Delimitando e renovando o método arqueológico nacional, o novo século concedeu uma eliminação dos temas fantásticos e imaginários. As cidades perdidas são consideradas apenas fantasias, ocasionadas pelo

delírio ao contemplar formas da natureza.⁵⁹ O mito será ainda perpetuado pelo imaginário erudito estrangeiro até meados da década de 50. A imaginação popular e as pesquisas de alguns amadores eruditos brasileiros, por sua vez, continuam até nossos dias sustentando todas as estruturas simbólicas e fantásticas dessas imagens. Considerado um tema proibido pelos atuais especialistas acadêmicos, as cidades perdidas foram concebidas como reais durante todo o século 19 no Brasil.

Compreendendo ao mesmo tempo a perspectiva temporal do historicismo (com as idéias românticas do mistério humano) e a perspectiva espacial da geografia (ao encontrar as evidências monumentais do interior do Brasil), a arqueologia do século 19 foi um dos principais instrumentos ideológicos efetuados pelos membros do IHGB, para tentar criar a perspectiva de um passado civilizado no Brasil.⁶⁰ Desta maneira, o Brasil não seria, com a existência de antigas ruínas, nem *sem história*, nem inferior à Europa, nem uma raça fraca e bárbara. Na realidade, a maioria dos países envolvidos em pesquisas arqueológicas, evidenciou essa relação: “A criação e a valorização de uma identidade nacional ou cultural relacionam-se, muitas vezes, com a Arqueologia. Neste caso, predominam os interesses dos grupos dominantes mediados pela ação do Estado”.⁶¹

Durante a tentativa de criação da nação mexicana, no início do século 19, os revolucionários recorreram para o resgate das culturas autóctones, incentivando as pesquisas arqueológicas: a busca de uma representação nacional vinculou-se diretamente às concepções históricas. Porém, o caso brasileiro foi particular por um motivo fundamental: nossas ruínas eram imaginárias, nunca existiram. Os cientistas acabaram por perseguir quimeras, do mesmo modo que os antigos conquistadores buscaram o Eldorado. Aqui não há fronteiras entre a fantasia e o real. O método científico, criado para apreender de uma maneira objetiva, imparcial e completa a realidade do mundo físico e humano, produziu representações com a mesma legitimidade que, por exemplo, a tradição religiosa. O próprio método científico possui traços em comum com a religião, pois prenuncia uma total e cega atitude de contemplação: “la tarefa de practicar ciencia [...] es esencialmente *una actitud religiosa*, esencialmente *una búsqueda de la realidad unificada que subyace a toda la experiencia*”.⁶²

Afinal, não constitui a própria ciência o grande mito da era moderna? Percebemos com isso que os valores, o discurso narrativo, as representações e as imagens vinculadas ao imaginário podem constituir *verdades* nem sempre fundamentadas no real físico e histórico, servindo como legitimadoras de determinados interesses ideológicos. Portanto, as

idades imaginárias além de servirem como orientadoras de elementos familiares ao desconhecido, também relacionam-se às estruturas políticas, atuando como *legitimadoras de conceitos ideológicos e históricos* de uma determinada nação ou estado.

NOTAS, REFERÊNCIAS E FONTES:

1. Este artigo é a modificação do subcapítulo “Civilização e decadência na pré-história brasileira”, de nossa dissertação de mestrado em História pela UFPR (Langer, Johni. *Arqueologia do irreal: as cidades imaginárias do Brasil*, Curitiba, 1996).
2. Sobre o IHGB ver: Guimarães, Manuel L. Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma história nacional. In: *Estudos históricos*, v.1, 1988. p.5-27. Schwarcz, Lilia Moritz. *Os guardiães da nossa história oficial: os institutos históricos e geográficos brasileiros*. São Paulo: IDESP, 1989; Guimarães, Lucia Maria Paschoal. *Debaixo da imediata proteção de sua majestade imperial. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*. São Paulo: Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo, 1994.
3. Conf. Fernandes Pinheiro, J.F. O IHGB é o representante das idéias da ilustração, que em diferentes épocas, se manifestaram em nosso continente. *Revista do Instituto Histórico Brasileiro*. v.1, n.01, 1839. p.77.
4. A pedra da Gávea, durante o século 20, deu continuidade a inúmeras projeções imaginárias, principalmente para amadores e no imaginário popular. De 1955 a 1979, esta formação geológica foi alvo de um “cultismo” pelos adeptos da ufologia e do misticismo, com várias publicações e impressos a respeito.
5. Porto Alegre, Manoel de Araújo. Relatório sobre a inscrição da Gávia, mandada examinar pelo IHGB. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. v.1, n.1, 1839. p.97.
6. A grande inserção do difusionismo na mentalidade do século 19 pode ser constatada em uma exposição asteca na Inglaterra (Museu de Londres, 1823), onde um manual declara: “la enorme y sorprendente semejanza que existe entre las antiguedades de México y las de Egipto. La pirâmide colosal, la escritura jeroglífica, la piedra esculpida son casi idénticas, y casi no puede dudarse de su origen común.” Apud: Keen, Benjamin. *La imagem azteca en el pensamiento occidental*. México: Fondo de cultura econômico, 1984. p.359.
7. Sobre *paleografia* ver: Février, James G. *Histoire de l'écriture*. Paris: Payot, 1989.
8. François Champollion destacava principalmente, no estudo da escrita antiga, a relação entre a inscrição e o contexto monumental, porque “deles pode co-

- lher alguma idéia das suas principais instituições [...] a sua cronologia". Conf. Champollion, François. Lettre à M. Dacier. In: Ceram, C.W. (org.) *O mundo da arqueologia* (trad.). São Paulo: Melhoramentos, 1973. p.158. Esses conceitos influenciaram decisivamente a busca de monumentos e ruínas antigas, e as inscrições avistadas em todo o Brasil poderiam ser um possível sinal ou indicativo de sua existência. Sobre a influência e a problemática da escrita egípcia no período ver: Brissaud, Jean-Marc. O problema da decifração. In: *O Egito dos faraós*. (trad.) Rio de Janeiro: Otto Pierre, 1978. p.47-56; Sauveiron, Serge. *A egiptologia*. (trad.) São Paulo: Difel, 1970.
9. Os primeiros resultados apareceram em 1802, com Grotefend, mas a publicação e decifração completa só surgem em 1836 com Ermete Burnouf e Christian Lassen. Conf. Ceram, C.W. A decifração da escrita cuneiforme. In: *Deuses, túmulos e sábios*. (trad.) São Paulo: Melhoramentos, 1956. p.196.
 10. Porto Alegre, op. cit. p.97.
 11. Idem, ibidem, p.103.
 12. O manuscrito original não possui autoria. Segundo o historiador Pedro Calmon, através de documentação deste período, trata-se da expedição comandada pelo bandeirante João Guimarães. Conf. Calmon, Pedro. *O segredo das minas de prata*. Rio de Janeiro: Ed. A noite, 1950. A relação da cidade abandonada de João Guimarães (1754), também foi publicada integralmente em 1843-1845 pela revista da Sociedade Real dos antiquários do Norte (Dinamarca); recebeu uma tradução para o inglês em 1869, anexada na obra *Explorations of the highlands of the Brazil* (Londres: Tinsley Brothers), do famoso explorador britânico Richard F. Burton; e outra publicação em português em 1885, no *Dicionário geográfico das minas do Brasil*, de Francisco Ferreira. A relação de Guimarães foi analisada separadamente dentro dos parâmetros mentais do século 18, no primeiro capítulo de nossa dissertação em mestrado: Langer, Johnni. op. cit. p.50-54.
 13. Um dos grandes incentivos para o encontro dessas ruínas, foi o contato estabelecido entre o IHGB e a Sociedade Real dos Antiquários do Norte (Dinamarca), que acreditava no antigo contato pré-cabralina dos vikings em nosso país. Conf. Holten, Birgitte e Guimarães, Lucia Maria. Desfazendo as ilusões: o dr. Lund e a suposta presença escandinava na Terra de Santa Cruz. *Locus: Revista de História*. Juiz de Fora, v.3, n.1. p.45-62.
 14. Carvalho e Cunha, Benigno José de. Memória sobre a situação da antiga cidade abandonada, que se diz descoberta nos sertões do Brasil por certos aventureiros em 1753. *Revista do IHGB*. v.1, n.3, 1841. p.198.
 15. Idem, ibidem, p.198.
 16. Idem, ibidem, p.200.
 17. A tradição popular baiana foi influenciada pelas simbologias e imagens das cidades fantásticas coloniais. Mas também foi decisivo o folclore advindo da expedição de João Guimarães (sobre a qual o relato publicado pelo IHGB descreve), repercutindo por todo o estado no século 18. Entre 1764 e 1766 Guimarães morre, mas a tradição desta cidade sobreviveu: "Acreditou-se

veemente nessa fábula de extinta cidade engastada, com as suas torres e os seus pórticos, num sítio inacessível de serra, entre montanhas de ardósia que a guardavam como sentinelas petrificadas. Uns passavam a jurar sobre o que outros diziam. Não faltou quem visse com os seus olhos. Cruzavam-se testemunhas”. Calmon, Pedro. op. cit. p.170.

18. Carvalho e Cunha, Benigno José de. op. cit. p.203.
19. Conf. Le Goff, Jacques. *Para um novo conceito de Idade Média*. (trad.) Lisboa: Ed. estampa, 1980. p.237.
20. Martius, Carl Frederick. Como se deve escrever a história do Brasil (Munique, 1843). *Revista do IHGB*. n.6, 1844. p.393. Grifo do autor.
21. Gerbi, Antonello. *La disputa del Novo Mundo; história de uma polêmica, 1750-1900*. México: Fondo de cultura econômica, 1960. p.397.
22. Diversos naturalistas e pesquisadores do século 19 consideravam alguns vocábulos indígenas semelhantes aos do Velho Mundo, o que provaria a tese da decadência: uma antiga civilização de origem européia existiu no Brasil. Humboldt, por sua vez, originou a relação entre as inscrições indígenas (pinturas e petróglifos pré-históricos) com a escrita fenícia: em 1800 percebeu a semelhança entre os caracteres de uma caverna venezuelana com os antigos alfabetos cananeus. Conf. Tavera-Acosta, B. *Los petroglifos de Venezuela*. Caracas: Universidad central de Venezuela, 1956. p.35.
23. Conf. Nunes, Benedito. A visão romântica. In: Guinzburg, J. (org.) *O romantismo*. São Paulo: Perspectiva, 1978. p.51.
24. Martius, Carl Frederick. op. cit. p.396
25. A fascinação pelas cidades maias é surpreendente até em nossa época: “Mesmo em ruínas elas são espetaculares, não somente devido ao grande volume de terra e pedra em sua construção, mas também à beleza exótica dos mosaicos, esculturas e pinturas que adornam suas fachadas”. Meggers, Betty. *América pré-histórica*. (trad.) Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p.78.
26. Conf. Keen, Benjamin. *La imagen azteca en el pensamiento occidental*. México: Fondo de cultura econômica, 1984. p.345.
27. Outras importantes publicações do período são: Gordon, Thomas F. *History of ancient México*. (Filadélfia, 1832). J.H. Baradére. *Antiquités Mexicaines*. (Paris, 1834). Conf. Keen, Benjamin. op. cit. p.320-394.
28. Sobre as cidades perdidas maias ver: Annequim, Guy. *A civilização dos maias*. (trad.) Rio de Janeiro: Otto Pierre, 1978; Baudez, Claude e Picasso, Sydney. *Les cités perdues des Mayas*. Paris: Galimard, 1987.
29. Conf. Keen, Benjamin. op. cit. p.395.
30. Martius, Carl Frederick. op. cit. p.396.
31. Conf. Carvalho e Cunha, Benigno José de. Correspondência n.1. *Revista do IHGB*. v.6, 1844. p.229.
32. Carvalho e Cunha, Benigno José de. Ofício do sr. Cônego Benigno ao Exmo. presidente da Bahia, o sr. tenente general Andréa, sobre a cidade abandonada que há três anos procura no sertão dessa província. *Revista do IHGB*. v.7, 1845, p.102.

33. Idem, ibidem, p.103.
34. Idem, ibidem, p.102.
35. Giucci, Guilherme. *Os viajantes do maravilhoso*. (trad.) São Paulo: Cia das Letras, 1986. p.161.
36. Idem, ibidem, p.217.
37. Carvalho e Cunha, op. cit. p.104.
38. Benigno teria feito pública sua localização ao periódico *Panorama* (1845) como no relatório do IHGB, porém rumores consideravam que teria "descoberto a cidade misteriosa, não tenha aproveitado a ocasião, penetrando-a através dos seus três arcos, ou indicando o seu rumo a outrem mais afortunado. Realmente, é possível que o padre Benigno tenha recebido alguma ordem de seus superiores hierárquicos para se evitarem quaisquer investigações em torno da descoberta, por estarem cientes da existência da cidade, onde as minas de prata e de outros minerais eram deles conhecidos". Estellita Jr. *As minas do Sincorá*. Rio de Janeiro: Bonjean, 1933. p.158.
39. Oliveira, Manoel Rodrigues de. Novos indícios da existência de uma antiga povoação abandonada no interior da província da Bahia. *Revista do IHGB*. n.10, 1848. p.364.
40. Varnhagen, Adolfo de. Etnografia indígena: línguas, emigrações e arqueologia. *Revista do IHGB*. n.12, 1849. p.369.
41. O explorador Richard Burton, quando visitou a Bahia, em 1867, forneceu algumas interpretações sobre os temas perseguidos pelo IHGB. Na região do Itacoatiara (Bahia central) encontrou formações geológicas com glifos e caracteres, mas manteve uma interpretação empiricamente negativa sobre o assunto: "O leitor encontrará no apêndice uma tradução desse curioso documento. Suas alusões à grande cachoeira de Paulo Afonso são evidentes, mas a história da cidade deserta é tida por fantasia". Burton, Richard. *Viagem de canoa de Sabará ao oceano Atlântico* (trad.). São Paulo: Itatiaia, 1977. p.335.
42. Sobre Tróia ver: Mousse, Michel. Troie. In: *Encyclopédie d'Histoire*. Paris: Bordas, 1978. p.4.532
43. Desde o iluminismo, a maioria dos historiadores concebiam a guerra de Tróia como uma fantasia: H. Lachmann, K. Mullenhofk, M. Muller-Oxford. Em 1862, às vésperas da descoberta de Tróia por Schliemann, o historiador britânico Grote declarou que a localidade, para a perspectiva do historiador, não passava de uma lenda. Conf. Cleator, P.E. *O romance da arqueologia*. (trad.) São Paulo: Ibrasa, 1963. p.101.
44. Os meios de comunicação de massa não apenas popularizaram as cidades perdidas como remodelaram suas características e aspectos enigmáticos. Depois de Tróia, a arqueologia só terá novamente um tal envolvimento social e popularidade com as descobertas do túmulo de Tutankamon no Egito (1922), por Howard Carter. Sobre o uso de fotografia e imagens impressas na arqueologia do século 19 ver: Szegedy-Maszak, Andrew. Sun and stone: images of ancient, heroic times. In: *Archaeology*. julho de 1988. p.20.

45. Durante esse período, o IHGB financiou e publicou as pesquisas arqueológicas de Carlos Rath (1871), Couto de Magalhães (1873) e M. Tocantins (1876).
46. Segundo alguns especialistas, o próprio Ladislau Netto teria sido o autor da falsificação, não existindo originalmente nem mesmo indícios de arte rupestre indígena, ao qual se teria considerado fenícia. Conf. Joffily, Geraldo. A inscrição fenícia da Paraíba. *Revista de História*. São Paulo, n.46, 1973. p.205-222.
47. Conf. Costa, Angyone. op. cit. p.124.
48. D. Pedro II enriqueceu consideravelmente o acervo do Museu Nacional com diversas peças arqueológicas (como múmias egípcias, sarcófagos e estatuetas), inclusive as provenientes de escavações do pioneiro Georges D'Enfer. Conf. Prous, André. História da pesquisa e da bibliografia arqueológica no Brasil. In: *Arqueologia brasileira*. Brasília: Ed. UNB, 1982. p.7.
49. As Sete Cidades ainda conheceram diversas outras projeções imaginárias no século 20: em 1928, o austríaco Ludwig Schewaggen escreve a obra *História antiga do Brasil*, com a descrição detalhada do sítio, plantas e desenhos remontando a colonização e povoamento deste local pelos fenícios em 900 a.C. Em 1974, o escritor alemão Erick Von Daniken na obra *Semeadura e cosmos*, considera o sítio obra de extraterrenos. Por sua vez, o francês Jacques de Mahieu no livro *Os vikings no Brasil* (1975) teoriza que o local seria de origem germânica pré-cabralina.
50. Avelino, Jacome. Cidade petrificada no Piauí. *Revista do IHGB*. n.50, 1886, p.226.
51. Idem, ibidem, p.226-227.
52. Idem, ibidem, p.227. Grifo nosso.
53. JORNAL COMÉRCIO DO AMAZONAS. Importante descoberta científica, 23 de março de 1887. *Revista do IHGB*. v.50, 1887, p.234.
54. Idem, ibidem, p.234.
55. Coudreau, Henri. *Voyage au Xingu*. Paris: A. Lahure, 1896. p.75. Grifo do autor.
56. A influência do megalitismo europeu no imaginário erudito também pode ser verificada no romance *Dr. Benignus* (1875). De autoria de Augusto Emílio Zaluar, foi a primeira obra de ficção científica do Brasil. Nela, o cientista Benignus, confiante na missão civilizatória do homem perante o desconhecido, explora as regiões do interior brasileiro. Em uma fantástica viagem descobre um monumento megalítico: "pedras amontoadas pareciam um dólmen ou antes as ruínas de um altar druídico". Zaluar, Emílio Augusto. *Dr. Benignus*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994. p.57.
57. Os *menires* são monumentos megalíticos que consistem num bloco de pedra levantado verticalmente, e os *dolmens* são blocos verticais superpostos a vários menires. Ainda existem os *cronlechs*, alinhamentos circulares de menires, podendo ser associados também a dólmens, como em Stonehenge. As construções megalíticas são encontradas em todas as partes do mun-

- do, uma espécie de fase cultural na maioria das sociedades. Conf. Drens, Marc. Os menires. In: *A civilização dos megálitos*. (trad.) Rio de Janeiro: Otto pierre, 1978. p.249.
58. Conf. Rocha, Lindolfo. Zona desconhecida no interior da Bahia. *Revista do Instituto Histórico da Bahia*, v.34, 1907. p.151. Lindolfo Rocha publica, em 1910, o conto *A tapera e o tropeiro*, onde descreve a imagem de casas e cidades abandonadas para o imaginário baiano, denominadas de *taperas*: “corroendo o adobe de argila ferruginoso, as paredes rachadas, desaprumadas e carcomidas, na altura dos alicerces, indicam uma casa abandonada”. Rocha, Lindolfo. A tapera e o tropeiro. In: Bruno, Ernani Silva. (org.) *Coqueiras e chapadões: histórias e paisagens do Brasil*, v.IV. São Paulo: Cultrix, s.d.
59. O famoso explorador Teodoro Sampaio forneceu os elementos definitivos para a eliminação das cidades perdidas no pensamento acadêmico nacional. Durante explorações na Bahia (final do século 19) encontra formações geológicas extraordinárias que toma como sendo a origem do mito: “não estaria ali a chave do enigma? Não estaríamos nós no próprio sítio em que teve nascimento a lenda da cidade abandonada?” Ao redor de uma caverna percebe diversas formações lembrando construções, castelos, igrejas, enfim, ruínas “que ninguém que não esteja com a imaginação dominada pelo maravilhoso poderá ver as linhas artísticas dos entablamentos das cornijas de monumentos derruídos”. Sampaio, Teodoro. *O rio São Francisco e a chapada diamantina*. Salvador: s.ed., 1938. p.234.
60. Um passado histórico percebido, porém, em um meio ambíguo, pois para a percepção ocidental “a América é simultaneamente um paraíso natural que deve ser preservado e um mundo primitivo que deve ser colonizado”. Rouanet, Maria Helena. *Eternamente em berço esplêndido*. São Paulo: Siciliano, 1991. p.61. “Para o viajante europeu, a natureza tropical se torna objeto de êxtase e, ao mesmo tempo, signo da nostalgia dos padrões europeus de sociedade e cultura” Ventura, Roberto. Civilização nos trópicos? In: *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias*. São Paulo: Cia das letras, 1991. p.32. Sobre o tema ver ainda: PAZ, Francisco Moraes. Sobre a utopia nacional nos trópicos. In: *Na poética da história*. Curitiba: Ed. UFPR, 1996. p.221-340.
61. Funari, op. cit. p.71. Ainda sobre o tema da relação entre arqueologia e as formas de dominação cultural ver: Clark, Grahame. *Arqueologia e sociedade*. Coimbra: Almadina. 1956.
62. Thorpe, W.H. La ciencia como actividad religiosa. In: *Ciencia, hombre y moral*. Barcelona: Lobos, 1969. p.124. Grifo nosso.

BIBLIOGRAFIA

- BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: *Enciclopédia Einauldi*. Lisboa: Imprensa nacional, 1984.
- BAUDEZ, Claude & PICASSO, Sydney. *Les Cités perdues des Mayes*. Paris: Galimard, 1987.
- CALMON, Pedro. *O segredo das minas de prata*. Rio de Janeiro: Ed. A Noite, 1950.
- COSTA, Angyone. Material suspeito. In: *Introdução à arqueologia brasileira*. São Paulo: Nacional, 1934.
- DEMOULLE, Jean-Paul. La prehistoire et sus mythes. In: *Annales*. Ano 37, n.5-6, 1982. p.740-759.
- ELIADE, Mircea. *Mito e realidade* (trad.) São Paulo: Perspectiva, 1972.
- ESTELLITA JÚNIOR. *As minas do Sincorá*. Rio de Janeiro: Ed. Bonjean, 1933.
- FOUCRIER, Chantel. Atlântida. In: BRUNEL, Pierre (org.), *Dicionário de mitos literários* (trad.), Ed. UNB, 1997.
- FUNARI, Paulo Abreu. *Arqueologia*. São Paulo: Ática, 1988.
- _____. Arqueologia brasileira: visão geral e reavaliação. *Revista de História da Arte e Arqueologia*. Unicamp, n.1, 1994.
- GERBI, Antonello. *La disputa del Nuevo Mundo: história de una polémica, 1750-1900*. México: Fondo de Cultura Económica, 1960.
- GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.
- GIUCCI, Guilherme. *Os viajantes do maravilhoso*. São Paulo: Cia das Letras, 1986.
- HOLTEN, Birgitte e GUIMARÃES, Lucia Maria Pachcoal. Desfazendo as ilusões: o dr. Lund e a suposta presença escandinava na Terra de Santa Cruz. *Locus: Revista de História*. Juiz de Fora. v.3, n.1, 1997. p.45-62.
- JOFFILY, Geraldo. A inscrição fenícia da Paraíba. *Revista de História*. São Paulo, n.46, 1973. p.205-222.
- KEEN, Benjamin. *La imagen azteca en el pensamiento occidental*. México: Fondo de Cultura Económico, 1984.
- LANGER, Johnni. *Arqueologia do irreal: as cidades imaginárias do Brasil*. Curitiba: Dissertação (mestrado) em História, Universidade Federal do Paraná, agosto de 1996.
- _____. As cidades perdidas do Brasil. *Gazeta do Povo*. Curitiba, 14 de julho de 1997. p.02.
- _____. O mito do Eldorado: origem e significado no imaginário sul-americano. *Revista de História*. São Paulo, n.136, 1997. p.24-40.
- MANGUEL, Alberto. *Dictionary of imaginary places*. New York: Harvest Book, 1988.
- MEGGERS, Betty. *América pré-histórica* (trad.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

- PROUS, André. História da pesquisa e da bibliografia arqueológica no Brasil. In: *Arqueologia brasileira*. Brasília: ed. UNB, 1982.
- RAMINELLI, Ronald. *Imagens da colonização: a representação do índio de Caminha a Vieira*. São Paulo: Zahar/Edusp, 1996.
- RODRIGUES, Donizete. Reflexões sobre a história da arqueologia (colonialista e nacionalista) africana. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo, v.1, 1991, p.191-194.
- ROUANET, Maria Helena. *Eternamente em berço esplêndido*. São Paulo: Siciliano, 1991.
- SCHNAPP, Alain. A arqueologia. In: LEGOFF, Jacques (org.) *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.
- _____. Archéologie et tradition académique en Europe aux XVIII et XIX siècles. In: *Annales*. Paris, Ano 37, n. 5-6, 1987.
- TRIGER, Bruce. Alternative archeologies: nationalist, colonialist, imperialist. In: *Man*. v.19, n.3, 1984. p.355-370.
- VENTURA, Roberto. Civilização nos trópicos? In: *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.
- SZEGEDY-MASZAK, Andrew. Sun and stone: images of ancient, heroic times. In: *Archaeology*. New York, julho de 1988, p.20.